

**PODE O PESSOAL SER MAIS QUE POLÍTICO? RESISTÊNCIAS
AO RECONHECIMENTO DA CIENTIFICIDADE DO FEMINISMO
E REFLEXÕES À LUZ DA TEORIA DOS CAMPOS DE PIERRE
BOURDIEU**

*CAN PERSONAL BE MORE THAN POLITICAL? RESISTANCES TO THE
RECOGNITION OF THE SCIENTIFICITY OF FEMINISM IN BRAZIL
AND REFLECTIONS BASED ON BOURDIEU'S FIELDS THEORY*

Ana Carla Vaz PORTO¹

Claudia Valente CAVALCANTE²

RESUMO: O presente artigo, confeccionado por meio de pesquisa bibliográfica, objetiva, por meio de uma leitura historicizada, analisar as resistências ao reconhecimento da cientificidade do feminismo por parcela das feministas e dos acadêmicos brasileiros à luz da teoria dos campos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para que se compreenda melhor o tema central, desenvolve-se inicialmente uma narrativa sucinta acerca do histórico do feminismo e seu percurso pelos campos social, político e científico. Como resultado do diálogo estabelecido com a teoria de Bourdieu, tem-se que são naturais as resistências ao reconhecimento da cientificidade do feminismo nos campos feminista e acadêmico brasileiros, pois os agentes que integram tais campos estão em disputa permanente por posições privilegiadas e a negação ou inferiorização do novo e do distinto figuram como estratégias, ainda que inconscientes, para manutenção da

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) da Universidade de Brasília (UnB); graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em Direito Público e em Direito e Processo do Trabalho. Email: ana_vazz@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7877-4917>.

² Professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; doutora e mestre em Educação pela PUC/Goiás, licenciada em Pedagogia e Letras pela PUC/Goiás e bacharel em Comunicação Social pela UFG. Email: clavalente@pucgoias.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9521-6784>.

dominância. A despeito de tais resistências, é inegável o acúmulo de atributos científicos para a legitimação acadêmica do feminismo no Brasil, o que corrobora a ênfase de Bourdieu no fato de que os campos não são estáticos, estando em constante mutação.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Campo. Ciência. Resistência.

1 INTRODUÇÃO

O feminismo surgiu como um movimento social e político centrado na busca de igualdade entre mulheres e homens. As feministas, de maneira geral, questionam e se esforçam para romper com a naturalização da hierarquia de gênero que, historicamente, relegou às mulheres menos poder, espaços, direitos e escolhas.

Com a evolução e consolidação do movimento feminista, ele ingressou nas academias e assumiu caráter científico, tendo passado a constituir uma corrente teórico-metodológica que propõe a centralidade da mulher e de suas experiências pessoais como objeto e método de pesquisa.

No Brasil, tal ingresso do feminismo na ciência foi e ainda é acompanhado de bastante resistência por parcela das feministas e dos acadêmicos do país. O rechaço destes é motivado, sobretudo, pelo machismo e pelo apego ao modelo positivista de fazer ciência. A objeção de parcela das feministas, por outro lado, está fundada na crença de que o feminismo não é um movimento teórico, mas uma ação prática que visa melhorar de forma efetiva as condições de vida das mulheres.

O presente artigo, de caráter qualitativo e confeccionado por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações, teses e anais de eventos acadêmicos, tem como objetivo geral analisar, por meio de uma leitura historicizada, tais resistências ao reconhecimento da cientificidade do feminismo à luz da teoria dos campos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para tanto, serão feitas inicialmente algumas reflexões sobre o percurso do feminismo pelos meios social, político e científico no Brasil.

O título dialoga diretamente com a expressão “o pessoal é político”, que desde o final dos anos 1960 é utilizado como lema pelas feministas e foi forjado a partir da

experiência dos grupos de conscientização de mulheres criados como parte do *Women's Liberation Movement*, nos Estados Unidos (SARDENBERG, 2018).

2 FEMINISMO(S): DO SOCIAL E POLÍTICO AO CIENTÍFICO

A história do feminismo é tradicionalmente contada por meio de recortes na história norte-americana e europeia com enfoque em momentos emblemáticos nos quais mulheres de tais localidades se organizaram para lutar por direitos para si. As ondas são utilizadas como metáfora para tais levantes femininos e costuma-se falar, de maneira geral, em primeira, segunda e terceira ondas do feminismo.

A primeira onda é associada às sufragistas que, entre o final do século XIX e início do século XX, lutaram pelo direito ao voto e à participação política, mas tinham também uma pauta antiescravista (SILVA, 2019). A segunda onda é associada ao intervalo entre os anos 1950 e 1980, quando ganhou força a luta pela autodeterminação das mulheres sobre seu corpo, seu prazer e seus direitos reprodutivos (WOLFF; CRESCÊNCIO; PEDRO, 2016). A terceira onda, por sua vez, teria surgido por volta de 1990 e apresenta uma pauta de reivindicações mais ampla que engloba “[...] a teoria *queer*³, a conscientização da negra⁴, o pós-colonialismo⁵, a teoria crítica⁶, o

³ O sentido original de *queer* é bizarro, excêntrico e estranho, mas a partir do século XIX o termo passou a ser utilizado para designar os homossexuais de forma depreciativa (FIGUEIREDO, 2018). Nos anos 1980, contudo, grupos LGBTQIA+ resignificaram a palavra tornando-a sinônimo do orgulho de serem quem são e de não seguirem padrões (FIGUEIREDO, 2018). Nos anos 1990, o termo *queer* passou a ser usado “[...] no âmbito teórico e político para indicar uma posição ou disposição de contestação e de não conformidade em relação às normas, processos de normalização ou cânones de qualquer ordem” (LOURO, 2017, p. 37 *apud* FIGUEIREDO, 2018, p. 43)

⁴ O termo “conscientização da negra” se refere à emergência do feminismo negro que colocou em evidência que as demandas das mulheres negras e racializadas de maneira geral são bastante distintas das de mulheres brancas, cujas pautas eram anteriormente tidas como universais.

⁵ O pós-colonialismo ou decolonialismo enfatiza a necessidade de se repensar a tradicional visão eurocêntrica que domina a produção de conhecimento e de se construir teorias a partir de experiências e saberes oriundos do sul global e de suas especificidades.

⁶ A teoria crítica surgiu no início do século XX na Escola de Frankfurt e propõe a investigação dos vínculos que constituem a sociedade com o intuito de transformar a realidade social e possibilitar a emancipação do sujeito subjugado em relações de dominação e exploração cultural e de produção (HORKHEIMER, 1989).

transnacionalismo⁷, a interpretação pós-estruturalista⁸ de gênero e de sexualidade, dando menor ênfase à opressão patriarcal e mostrando maior interesse na igualdade dos sexos” (BONNICI, 2007, p. 253).

Tal narrativa do feminismo, contudo, ignora as experiências do sul global que não seguiram tal linearidade de tempo e forma de atuação. As mulheres do sul, mesmo que em alguns momentos influenciadas pelos feminismos europeus e norte-americano, desenvolveram suas próprias pautas devido à especificidade de seus contextos que não se repetiam naquelas localidades. No Brasil, por exemplo, várias mulheres negras e indígenas lutaram desde o século XVI contra a opressão colonial a que foram submetidas, como Luísa Mahin⁹, Tereza de Benguela¹⁰ e Esperança Garcia¹¹, além de tantas outras, sendo que muitas não tiveram seus nomes registrados nas narrativas históricas certamente por serem mulheres e, além disso, não brancas. Essas mulheres com certeza não se intitulavam feministas, mas isso não impede que suas lutas de resistência sejam hoje enxergadas como feministas, pois afirmavam “[...] a possibilidade de um futuro mesmo quando ele era negado pela lei, pela Igreja, pelo Estado e pela cultura, os quais proclamavam que não havia alternativa à escravidão” (VERGÈS, 2020, p. 41).

Além disso, direitos associados à primeira onda, plenamente assegurados para mulheres do norte global, ainda são muito precários para mulheres do sul. Basta pensar,

⁷ O transnacionalismo “[...] descreve uma condição em que, apesar das grandes distâncias e não obstante a presença de fronteiras internacionais [...], certos tipos de relacionamentos foram globalmente intensificados e agora têm lugar paradoxalmente em um planeta expandido – no entanto virtual – na arena da atividade.” (VERTOVEC, 2009, p. 03 *apud* ESCUDERO, 2018, p. 114).

⁸ O pós-estruturalismo propõe a revisão e a reanálise das teorias estruturalistas, instaurando uma desconstrução de alguns conceitos considerados como verdades absolutas e centrais. Trata-se de uma perspectiva que questiona o *status quo* e os conceitos historicamente tidos como certos e verdadeiros (AGUILAR; GONÇALVES, 2017).

⁹ Luísa Mahin foi uma mulher negra africana que viveu no Brasil no século XIX, conquistou sua liberdade e participou de insurreições negras na Bahia em defesa da libertação dos escravizados (FAUSTINO, 2021).

¹⁰ Tereza de Benguela foi uma mulher negra que, entre 1750 e 1770, liderou o quilombo de Quariterê (situado onde hoje se encontra o estado do Mato Grosso) (LACERDA, 2019). Tereza governava o quilombo sob um regime parlamentar diferenciado e extremamente sofisticado (LACERDA, 2019).

¹¹ Esperança Garcia foi uma mulher negra escravizada que viveu no Brasil no século XVIII e que, em 1770, escreveu uma carta ao governador da província do Piauí denunciando os maus tratos e abusos físicos a que ela e seus filhos eram submetidos e reivindicando o direito de retornar para o local onde se encontrava seu marido e o direito de seus filhos serem batizados (JUNIOR; ANDRADE; COSTA; COSTA, 2020).

por exemplo, na incipiente participação das mulheres brasileiras em cargos políticos eletivos, sobretudo quando se consideram as indígenas, as negras e as transexuais.

É mais próprio, então, se falar em feminismos no plural, pois trata-se de um campo de discussão comum permeado por “[...] diversas formas de agrupamento, sujeitos e pautas em movimento” (SILVA, 2019, p. 17).

O ponto comum entre os feminismos do norte e do sul é que eles surgiram como movimentos sociais e políticos que buscavam assegurar às mulheres direitos e espaços antes restritos aos homens. As feministas, de maneira geral, questionam e se esforçam para romper com a naturalização da hierarquia de gênero que, historicamente, relegou às mulheres menos poder, espaços, direitos e escolhas.

A partir da troca de suas vivências e experiências, as mulheres constataram que os problemas que enfrentavam cotidianamente tinham raízes sociais e, portanto, demandavam soluções coletivas. A partir da percepção feminina de que as relações sociais na esfera privada, de caráter pessoal e familiar eram estruturadas pela mesma dinâmica de poder machista que opera na esfera pública, surgiu o lema “o pessoal é político” (SARDENBERG, 2018).

Pautadas pela busca dessa transformação coletiva, as mulheres começaram a se organizar civilmente e politicamente para lutar por direitos, transformar sua própria situação e pôr fim à desigualdade de gênero.

No Brasil, muitas feministas se uniram em grupos de consciência e reflexão que visavam aumentar a solidariedade entre as mulheres e melhorar sua autoestima (PEDRO, 2012). Tais grupos se proliferaram no país sobretudo na década de 1970 devido às mudanças na situação de parcela das mulheres brasileiras a partir dos anos 1960 em decorrência da modernização do país em termos de acesso ao trabalho formal e à escolarização (SARTI, 2004) e devido à ebulição das lutas feministas nos Estados Unidos e na Europa e à declaração, pela Organização das Nações Unidas, do ano internacional da mulher (1975) e da década da mulher (1975-1985).

A partir dos grupos de reflexão, surgiram diversas organizações de mulheres no país que passaram a se mobilizar por transformações sociais e políticas. Uma delas foi o “Movimento Contra Carestia”, também conhecido como “Movimento do Custo de Vida”,

que era composto por clubes de mães, associações de donas-de-casa e outros grupos de mulheres e que, no ano de 1976, reuniu cinco mil pessoas para marchar contra a carestia na cidade de São Paulo (TELES; LEITE, 2013).

Outra organização feminista emblemática do período foi o “Movimento Feminino pela Anistia”, que se ramificou por diversos estados brasileiros e foi oficializado em 1975 por Therezinha Zerbini (DUARTE; SILVA; SANTOS, 2019).

A partir dos anos 1990, o feminismo como movimento social e político que ocupa as ruas e as manchetes perde força no Brasil e é nesse período em que se solidifica sua institucionalização na política formal, em organizações não governamentais e nas universidades (MELLO, 2019).

A inserção do feminismo no meio acadêmico brasileiro começou na década de 1980 e foi influenciada não só pelo intenso movimento de mulheres no país à época, mas também pelo retorno de exiladas que se envolveram com lutas e discussões feministas sobretudo na Europa (SCAVONE, 2007).

O “Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris” é um exemplo de contato estreito de exiladas brasileiras com o feminismo francês e, ao regressarem ao país na década de 1980, muitas delas se engajaram na produção acadêmica sobre o tema (SCAVONE, 2007).

A autora Albertina de Oliveira Costa (1994) relata que nos anos 1980 a quantidade de pesquisas sobre temas relacionados a mulheres cresceu vertiginosamente no Brasil, tendo o Núcleo de Estudos sobre Mulher e Relações Sociais de Gênero da Universidade de São Paulo (NEMGE/USP) contabilizado cento e quarenta e duas teses sobre o assunto defendidas no intervalo de 1985 a 1989.

Costa (1994) também aponta que nesse período houve uma gradativa diversificação do leque temático dos estudos sobre a mulher, tendo as discussões centradas no trabalho sido substituídas por outras mais diversas que abrangiam questões relativas ao corpo, à sexualidade, aos movimentos sociais, ao cotidiano e às mentalidades. Além disso, houve no período um processo de expansão na base disciplinar dos estudos sobre mulheres, os quais deixaram de se concentrar exclusivamente na sociologia e na demografia para englobarem também a antropologia, a história, a literatura, a psicologia,

a psicanálise, o direito, a saúde, a política, a geografia, a educação, a comunicação, as artes e a economia (COSTA, 1994).

Ainda nos anos 1980, começaram a surgir nas universidades brasileiras os núcleos de estudo e pesquisa sobre mulher e gênero. Tal processo de implantação acadêmica ganhou força ao longo da década e no I Encontro Nacional realizado em março de 1991 na Universidade de São Paulo foram contabilizados vinte núcleos que pesquisavam tal temática (COSTA, 1994).

Desde então, o feminismo tem progressivamente se consolidado como corrente teórico-metodológica¹² e ampliado sua presença no campo acadêmico brasileiro. Além dos diversos núcleos de estudo e pesquisa feministas espalhados pelo país, desde 2006 existe na Universidade Federal da Bahia o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Além disso, há revistas científicas voltadas exclusivamente para publicações relacionadas ao feminismo e a questões de gênero como a Revista Estudos Feministas da Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC), os Cadernos Pagu da Universidade de Campinas (UNICAMP), a Revista Ártemis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Revista Feminismos da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Há pesquisadoras brasileiras, como Martha Giudice Narvaz e Sílvia Helena Koller (2006), que defendem, inclusive, a existência de uma metodologia feminista, pois entendem ser impossível dissociar teoria e método e negligenciar os aspectos ideológicos e políticos na escolha de métodos de pesquisa. Segundo Narvaz e Koller (2006, p. 651-652):

Algumas pesquisadoras (Bruschini, 1992) postulam que as metodologias feministas referem-se menos à adoção de técnicas específicas de coleta de dados que à inclusão dos aspectos de gênero e de poder na construção do conhecimento. Nesta perspectiva, são igualmente válidas quaisquer abordagens de pesquisa, qualitativas ou quantitativas, desde que construídas e analisadas sob uma perspectiva não sexista. Outras posições (Linton, 1997; Teitelbaum, 1997) concebem as abordagens quantitativas e o uso de testes padronizados nas investigações como incompatíveis com as propostas

¹² Dizer que o feminismo é uma corrente teórico-metodológica significa que ele é tanto uma teoria quanto uma metodologia no campo científico. Enquanto teoria, o feminismo pode ser compreendido com um conjunto de conhecimentos sistematizados que explicam a sociedade e as desigualdades de gênero. Enquanto metodologia, trata-se de um conjunto de regras e diretrizes a serem seguidas para que se alcance um objetivo de pesquisa.

feministas. As abordagens qualitativas são classicamente utilizadas na pesquisa feminista (McHugh & Cosgrove, 2004), entre elas: as narrativas, a pesquisa-ação, a abordagem fenomenológica, os grupos focais, os estudos de caso, as histórias de vida, o método autobiográfico e os grupos de conceptualização.

Outro fato que corrobora a cientificidade do feminismo é a significativa produção das organizações não governamentais feministas sobretudo no que diz respeito à saúde, ao racismo e à violência, sendo tais estudos amplamente associados à implementação de políticas públicas (SCAVONE, 2007).

Como sintetizado por Lucila Scavone (2007), há um acúmulo de capital simbólico e científico incontestável que evidencia a formação de um campo científico feminista no Brasil, mas, ainda hoje, há resistências ao reconhecimento de tal cientificidade, como será abordado no tópico seguinte.

3 RESISTÊNCIAS AO RECONHECIMENTO DA CIENTIFICIDADE DO FEMINISMO E REFLEXÕES À LUZ DA TEORIA DOS CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU

Quando o feminismo começou a emergir no Brasil como movimento social e político organizado em meio às lutas contra a ditadura civil militar que vigorou no país entre 1964 e 1985, houve bastante resistência de praticamente todos os setores da sociedade em aceitá-lo, mas o que mais chama a atenção foi seu rechaço por parte das organizações de esquerda¹³. Silva (2019) ressalta a relação inicial contraditória entre o movimento feminista e tais organizações, pois elas foram o berço do feminismo como movimento organizado no Brasil, mas, quando do seu surgimento, enxergavam suas

¹³ As organizações de esquerda aqui mencionadas se referem aos partidos políticos e agrupamentos civis que se opuseram de forma pacífica ou por meio do enfrentamento armado à ditadura civil militar que perdurou no Brasil entre 1964 e 1985 e que foi marcada pelo autoritarismo político e pela violação de direitos humanos. Trata-se de “[...] grupos que atuavam na clandestinidade, geralmente de inspiração comunista ou socialista, e cuja perspectiva, além de ‘derrubar’ a ditadura, incluía a construção de um projeto de transformação profunda para a sociedade brasileira” (GASPAROTTO, 2014, p. 168). Cita-se, como exemplo de tais organizações, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), o MR-8 e o Movimento de Libertação Popular (Molipo). (GASPAROTTO, 2014)

pautas como “pequeno burguesas” ante o objetivo “realmente importante” de pôr fim à ditadura e derrotar o capitalismo.

Como pontuado por Céli Pinto (2003, p. 64),

O feminismo era malvisto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os gerais de plantão como em uma esquerda intelectualizada cujo melhor representante era justamente o jornal Pasquim, que associava a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher e a um constante deboche em relação a tudo que fosse ligado ao feminismo.

Com o passar do tempo, contudo, o feminismo cresceu em importância e quantidade de adeptos no país e ganhou popularidade em diversos segmentos sociais, entre partidos políticos e integrantes do meio acadêmico.

Não é possível dizer, todavia, que o ingresso do feminismo nas academias brasileiras e nas pesquisas científicas tornou pacífica sua aceitação no país como corrente teórico-metodológica. Ainda hoje, há bastante resistência ao reconhecimento da cientificidade do feminismo e uma das fontes de tal resistência é uma parcela das próprias feministas brasileiras.

Desde o começo do movimento feminista na França, o desenvolvimento de pesquisa acadêmica era criticado por muitas feministas anti-intelectuais (SCAVONE, 2007). Como pontuado por Christine Bard (2003 apud SCAVONE, 2007, p. 5), “Beauvoir não era um modelo e uma referência para todas”.

Tal crítica ainda ecoa no Brasil entre muitas feministas militantes que tendem a se apegar a dicotomias e a enxergar em polos opostos a teoria e a prática, razão pela qual entendem o feminismo como uma ação prática para melhorar de forma efetiva as condições de vida das mulheres, não como um movimento teórico, o que as leva a rejeitar e se opor à sua institucionalização acadêmica (SCAVONE, 2007).

Há também as feministas que não refutam a possibilidade de um feminismo acadêmico, mas o consideram menos importante que a militância prática. As autoras Giovana Salvaro e Larissa Freitas (2019) pontuam tal percepção nos relatos de militantes do Movimento de Mulheres Camponesas. Em suas falas, tais mulheres reconhecem a necessidade da produção teórica feminista, mas a criticam por entenderem que é

descolada da realidade social e deixam claro que pertencem ao grupo das feministas práticas e militantes.

Como sintetizado por Scavone (2007, p. 7), a institucionalização acadêmica do feminismo “[...] gerou divisões e conflitos entre as próprias militantes e uma cisão entre um feminismo voltado para ação e um outro que buscava pelo conhecimento para subverter a ordem hegemônica dominante”.

Outra fonte de resistência ao reconhecimento da cientificidade do feminismo são acadêmicos brasileiros que não o reconhecem enquanto um corpo de conhecimento teórico-metodológico por, supostamente, não preencher os requisitos para tanto.

Mesmo tendo adentrado o campo científico e as academias brasileiras, “[...] as produções feministas ainda têm um estatuto científico marginal” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 652), o que se deve, essencialmente, aos “[...] jogos androcêntricos de saber-poder que perpassam as relações institucionais” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 653).

Historicamente, a objetividade e a neutralidade foram associadas ao universo masculino e, na ciência positivista, tais características são exaltadas e tidas como pré-requisitos para o fazer científico. As emoções e a subjetividade são indesejáveis nesse campo e a validade das pesquisas para os positivistas está intrinsecamente relacionada à separação entre razão e emoção (NARVAZ; KOLLER, 2006).

O feminismo enquanto corrente teórico-metodológica, contudo, vai na contramão de tal dogma e enaltece o subjetivo e o particular das mulheres, “[...] resgatando o papel da emoção e da experiência feminina na produção do conhecimento científico” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 651). Para as pesquisadoras adeptas de tal corrente, a imparcialidade não é possível nem desejável, já que o conhecimento é sempre situado e deve estar comprometido com a mudança social (NARVAZ; KOLLER, 2006).

A consequência de romper com o positivismo e apresentar uma forma de produção de conhecimento diferente do formato adotado pela maioria das instituições de ensino superior do país é a negação do feminismo enquanto ciência por parte considerável da comunidade científica brasileira.

Além disso, o machismo também é fator determinante para tal negação (SCAVONE, 2007). Durante anos, as mulheres estiveram circunscritas ao espaço

doméstico e não tiveram o mesmo acesso à educação franqueado aos homens, o que fez com que, por muitos séculos, elas tenham sido excluídas das universidades e da produção de conhecimento formal. Como consequência, as teorias elaboradas para explicarem a história e a sociedade, muitas replicadas até o presente como verdades absolutas, foram em sua grande maioria formuladas por homens e desconsideram as experiências femininas e até mesmo a existência das mulheres no mundo. Contraditoriamente, tais posicionamentos foram e ainda são assumidos não só por homens, mas também por mulheres.

Ao questionar tais teorias e propor o protagonismo feminino na compreensão da história e da sociedade, o feminismo atrai a resistência machista dos que não vislumbram as experiências de mulheres como parâmetro válido para o fazer científico. Como sintetizado por Scavone (2007), os preconceitos machistas e homofóbicos ainda são muito virulentos nas academias brasileiras e no campo científico maior.

O resultado das múltiplas negações da cientificidade do feminismo por acadêmicos brasileiros é sua marginalização no campo científico do país e isso se reflete em sua não inserção nos currículos universitários, na ocultação das contribuições científicas advindas da utilização do feminismo enquanto corpo de conhecimento teórico-metodológico e no fato de as publicações relacionadas ao tema ainda estarem circunscritas a poucas revistas científicas especializadas (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Diversas teorias podem ser utilizadas para se compreender as resistências à cientificidade do feminismo e uma delas é a teoria dos campos desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Para Bourdieu (2001; 2004; 2005; 2017), o espaço social é constituído por diversos segmentos, sendo cada um deles um “campo” segundo a denominação utilizada pelo autor. Como exemplo, temos o campo jurídico, o religioso, o político, o acadêmico e o científico.

Na teoria bourdiesiana, o campo é um espaço social e autônomo regido por leis próprias e constituído por agentes adaptados a seus interesses específicos e necessidades (SILVA; MESQUITA, 2020). Trata-se de “[...] um mundo com suas próprias regras e leis

fundamentais, formas discursivas, ações e comportamentos esperados, e barreiras para a entrada” (MORAES, 2020, p. 173).

Bourdieu substitui a noção de sociedade pela de campo por entender que aquela não se encontra plenamente integrada por funções sistêmicas, mas é constituída por vários microcosmos dotados de autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias e específicas, além de interesses e disputas não homogêneos (IANELLO; NAVARRO; WATANABE, 2020).

Para o autor, a hierarquia é inerente ao campo, pois os agentes que o integram ocupam posições desiguais que definem suas vantagens e oportunidades naquele universo (IANELLO; NAVARRO; WATANABE, 2020). Os capitais social, cultural, científico e simbólico são, segundo Bourdieu, o que movem os agentes sociais e determinam seu prestígio, poder e distinção nos campos que ocupam (IANELLO; NAVARRO; WATANABE, 2020).

Sendo distintas as posições ocupadas pelos agentes, é natural que o campo seja um espaço de lutas por colocações mais favorecidas, uma espécie de jogo em que a recompensa é o predomínio na produção e significação dos bens simbólicos e a manutenção na condição hierárquica de dominante (GUIDOTTI, 2020).

Como pontuado por Ono e Baldan (2020, p. 165), “[...] para ‘jogar o jogo’, os agentes desenvolvem, ainda que não conscientemente, estratégias a partir de predisposições interiorizadas ao longo da vida”. Tais predisposições interiorizadas equivalem ao *habitus* que, segundo Bourdieu, compreende “[...] princípios geradores de práticas, posturas, gestos e pensamentos, que definem uma espécie de linguagem distintiva de um determinado espaço social, que são interiorizados ao longo da vida dos agentes e os predisõem a reproduzi-los” (ONO; BALDAN, 2020, p. 165).

A partir de tais conceitos é possível compreender a resistência ao feminismo científico dentro do campo feminista como fruto de uma disputa interna de tal campo. Trata-se, segundo a teoria bourdiesiana, de uma estratégia de parcela das militantes para manter sua posição de privilégio e reconhecimento.

Quando por vezes negam ou reduzem a importância da produção teórica, certas feministas militantes reafirmam a primazia das ações práticas e asseguram que elas serão

mais valorizadas pelos agentes de seu próprio campo. Trata-se de um comportamento instintivo e semiconsciente que maximiza o “lucro” dos que ocupam posições dominantes (BOURDIEU, 2005). Em outras palavras, a partir da teoria bourdieusiana, é possível inferir que as militantes feministas que atuam nos campos político e social querem conservar o poder, o prestígio, o *nomos* e as *doxas* no campo do feminismo ao passo que as feministas do campo científico querem transgredir este mesmo campo disputando seus discursos e suas práticas.

Como sintetizado por Bourdieu, a disputa interna no campo “[...] está nas ações e reações dos agentes que, a menos que se excluam do jogo, não têm outra escolha se não lutar para manter ou melhorar sua posição” (BOURDIEU, 2001, p. 48).

Além disso, as militantes que não reconhecem ou inferiorizam o feminismo científico compreendem que ele não preenche regras tácitas (*habitus*) do campo feminista e por isso não deve integrá-lo. Cita-se como exemplo de tais regras implícitas a organização e participação em manifestações e passeatas, vinculação a partidos políticos, formação de grupos de reflexão, confecção de manifestos, mobilização para propositura e aprovação de projetos de lei em favor das mulheres, dentre outros. Como as feministas teóricas e acadêmicas não necessariamente se engajam em tais ações, firma-se uma espécie de barreira à sua aceitação no campo do feminismo devido à compreensão de que elas não atendem ao interesse específico de tal campo de melhorar efetivamente a condição social das mulheres.

A resistência de parcela das militantes às feministas que se ocupam da produção teórica e acadêmica também pode ser compreendida como fruto da inexistência de alianças externas entre o campo científico e outros campos, já que, para Bourdieu, tais alianças também influem na hierarquia dos agentes (GUIDOTTI, 2020).

No Brasil, há uma proximidade e uma aliança histórica entre os movimentos sociais e os partidos políticos, sendo bastante comum que os líderes daqueles migrem para a política e transformem suas pautas em projetos de lei.

Não há no país, contudo, tal espécie de vínculo entre a ciência e a política e tampouco entre aquela e os movimentos sociais. Apesar da efervescência destes e dos debates políticos nas universidades brasileiras, são poucos os pesquisadores que

ingressam na política do país como representantes do meio científico (que é distinto da educação amplamente considerada) e que participam ativamente de movimentos sociais, sobretudo quando se consideram as áreas exatas e biológicas.

Como há uma aliança consolidada entre os agentes políticos e os integrantes de movimentos sociais, a tendência, segundo Bourdieu, é que se dedique atenção a tal aliança como estratégia para manutenção da hegemonia dos dois campos e a consequência natural é a falta de interação com agentes de outros campos, como o científico, e o seu não reconhecimento, o que funciona como estratégia inconsciente de mantê-los pouco visíveis.

Quanto à negação do feminismo enquanto corrente teórico-metodológica por parte da comunidade científica, Bourdieu explica que se trata da tentativa, ainda que inconsciente, de pesquisadores prestigiados de manterem sua posição de dominância em tal campo. Assim como ocorre em relação às feministas militantes, o rechaço de acadêmicos ortodoxos ao feminismo como ciência também se justifica pelo seu interesse em conservar o poder, o prestígio, o *nomos* e as *doxas*.

Na obra “*Homo academicus*” (BOURDIEU, 2017), Bourdieu buscou compreender as relações entre ciência, cultura e reproduções sociais, tendo desvelado os conchavos, relações de força e interesses presentes nos campos científico e acadêmico. Em tal obra, Bourdieu demonstrou a existência de hierarquia entre os agentes de tais campos pautada pelos “[...] capitais econômico e social herdados; determinantes escolares; capital de poder universitário; capital científico; capital de prestígio científico; capital de notoriedade intelectual; capital de poder político e econômico” (IANELLO; NAVARRO; WATANABE, 2020, p. 179).

Ao se rechaçar a cientificidade do feminismo no âmbito acadêmico, diminuem-se os capitais dos pesquisadores que o utilizam enquanto corrente teórico-metodológica e, conseqüentemente, reafirma-se a posição hierárquica dominante daqueles que fazem ciência a partir de teorias e métodos historicamente consagrados.

Além disso, segundo Bourdieu, as universidades são permeadas por crenças e práticas muitas vezes não enunciadas e não percebidas por seus membros (*habitus*), mas

que ficam evidentes quando colidem com ações e pensamentos distintos que perturbam as pressuposições e arranjos do campo científico (BOURDIEU, 2004).

O feminismo enquanto ciência rompe com o *habitus* do campo científico ao propor a centralidade da mulher e de suas percepções subjetivas como mote de pesquisa, o que justifica, segundo a teoria bourdiesiana, a postura de vários acadêmicos de rechaçá-lo, pois trata-se de uma ameaça ao que está historicamente posto e que sustenta as posições hegemônicas no campo, ou seja, a centralidade do homem, da neutralidade e da objetividade na condução das investigações científicas.

Tal postura de aversão ao novo no meio científico acaba inibindo a criatividade dos pesquisadores pelo receio de não terem seus trabalhos aceitos e validados por seus pares e a consequência é a baixa diversificação dos temas pesquisados no país e dos métodos utilizados para tanto.

É preciso considerar, porém, que as teorias e metodologias não são verdades absolutas e inquestionáveis, mas apenas diferentes formas de se construir e organizar o conhecimento. Além disso, “[...] a pós-modernidade trouxe-nos a pluralidade e o questionamento das certezas como marcas de uma época em que não há um único modelo a ser seguido” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 648).

Diferentes paradigmas de pesquisa coexistem na atualidade e são formas igualmente válidas de construção do conhecimento científico, devendo sua escolha se pautar pela adequação aos problemas que serão investigados e pelas afinidades teóricas de cada pesquisador (NARVAZ; KOLLER, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser um movimento de origem social, política, intelectual e artística e de ainda sê-lo, o feminismo na atualidade é também uma corrente teórico-metodológica que propõe a centralidade da mulher e de suas experiências pessoais como objeto e método de pesquisa.

Ainda que no Brasil não seja isenta de tensões a relação entre as feministas práticas e as teóricas, os estudos acadêmicos sobre feminismo e questões de gênero no

país foram impulsionados pela luta das militantes contra a ordem patriarcal política, social, familiar, sexual e doméstica.

Segundo um diálogo feminista estabelecido com o pensamento de Pierre Bourdieu (2001; 2004; 2005; 2017), conclui-se que são naturais as resistências ao ingresso do feminismo no campo científico por parcela das próprias feministas e dos acadêmicos, pois tais agentes estão em disputa permanente por posições privilegiadas e a negação ou inferiorização do novo e do distinto figuram como estratégias, ainda que inconscientes, para manutenção da dominância. Como sintetizado pelo autor, os campos são espaços estruturados e hierarquizados por relações de poder em que os agentes lutam pela legitimidade e posse de distintos capitais, sendo natural, portanto, a existência de disputas por poder simbólico.

A despeito de tais resistências, é inegável o acúmulo de atributos científicos para a legitimação acadêmica do feminismo, o que corrobora a ênfase de Bourdieu no fato de que os campos não são estáticos, estando em constante mutação.

Não se pode, contudo, crer que tal barreira foi definitivamente superada e que o feminismo enquanto ciência seguirá uma marcha única de avanço e aceitação. As conquistas das mulheres, bem como a de todos os sujeitos que não ocupam posições sociais dominantes, são objeto de disputa permanente e é provável que sigam dessa forma por longo tempo.

Entender as batalhas contemporâneas é fundamental para que possamos celebrar os avanços, mas também para que possamos reconhecer os retrocessos e as ameaças, sobretudo num tempo em que tem recrudescido o conservadorismo no Brasil e no mundo.

PORTO. Ana Carla Vaz; CAVALCANTE, Claudia Valente *Can personal be more than political? resistances to the recognition of the scientificity of feminism in Brazil and reflections Based on Bourdieu's Fields Theory. EDUCAÇÃO EM REVISTA*, v. 24, Fluxo Contínuo, 2023, e023015. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2023.v24.e023015>.

ABSTRACT: This article, based on bibliographic research, aims, through a historicized reading, to analyse the resistances to the recongnition of the scientificity of feminism by part of Brazilian feminists and academics based on the fields theory developed by the french sociologist Pierre Bourdieu. For the better understanding of the central theme, it is initially developed a succinct narrative about the history of feminism and its path through the social, political and scientific fields. The result of the dialogue established with Bourdieu's theory is that resistances to the recognition of the scientificity of feminism in the Brazilian feminist and academic fields are natural, as the agents that integrate such fields are in permanent dispute for privileged positions and the denial or inferiorization of what is new and different figures as strategies, albeit unconscious, to maintain dominance. Despite such resistances, the accumulation os scientific attributes for the academic legitimacy of feminsm in Brazil is undeniable, which corroborates Bourdieu's emphasis on the fact that fields are not static, being in constant mutation.

KEYWORDS: Feminism. Field. Science. Resistance.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguilar, Márcia Adriana Brasil; Gonçalves, Josiane Peres. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. *Revista Conhecimento Online*, Novo Hamburgo, v. 1, 2017, p. 36-44.

Bonnici, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: EdUEM, 2007.

Bourdieu, Pierre. *Homo academicus*. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 2 ed., Santa Catarina: Editora UFSC, 2017.

Bourdieu, Pierre. *Lições da aula*. São Paulo: Ática, 2001.

Bourdieu, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Tradução de Denise B. Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Paris, 2005.

Costa, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. In: *Revista Estudos Feministas*, número especial, 1994, p. 401-409.

Duarte, Ana Rita Fonteles; Silva Sarah Pinho da; Santos, Elyssan Frota. Experiências e desafios da segunda onda feminista brasileira: organizações sob vigilância no Ceará. In: Wolff, Cristina Scheibe; Zandoná, Jair; Mello, Soraia Carolina de (orgs.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*, 1 ed., Curitiba: Appris, 2019, p. 35-55.

Escudero, Camila. Os conceitos de transnacionalismo, etnicidade, comunidade diaspórica e interculturalismo nos estudos migratórios: uma proposta de aplicações e abordagens. In: *Revista Ambivalências*, Aracaju, v. 6, n. 11, 2018, p. 110-141.

Faustino, Silnara. Construção do mito Luísa Mahin a partir dos fragmentos de memória do Luiz Gama. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, Rio Branco, v. 4, n. 1, 2021 p. 169-179.

Figueiredo, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. *Revista Criação & Crítica*, São Paulo, n. 20, 2018, p. 40-55.

Gasparotto, Alessandra. Fontes sobre as organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Caracterização e possibilidades de investigação. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 2014, p. 167-182.

Guidotti, Vitor Hugo Rinaldi. Religião, educação e política: Pierre Bourdieu para entender o movimento escola sem partido. In: *Jornada Diálogos em Pierre Bourdieu, I*, 2019, São Carlos. *Anais... I Jornada Diálogos em Pierre Bourdieu*. São Carlos, 2020, p. 60-64.

Horkheimer, Max. Filosofia e teoria crítica. In: Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. P. 68-78

Ianello, Matheus; Navarro, Diego Nunes; Watanabe, Graciella. Perfil científico dos pro-reitores da Universidade Federal do ABC: perspectivas iniciais. In: *Jornada Diálogos em Pierre Bourdieu, I*, 2019, São Carlos. *Anais... I Jornada Diálogos em Pierre Bourdieu*. São Carlos, 2020, p. 178-185.

Junior, Antonio Lisboa de Aguiar; Andrade, Andreia Rodrigues de; Costa, Francielcio Silva da; COSTA, Michele Silva da. Esperança Garcia: uma escrava visionária. In: Souza, Liliane Pereira de. *Sobre mulheres: as melhores coletâneas de 2020*. Campo Grande: Editora Inovar, 2020, p. 102-108.

Lacerda, Thays de Campos. Tereza de Benguela: identidade e representatividade negra. *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, v. 12, n. 2, 2019, p. 89-96.

Mello, Soraia Carolina de. Lugar de mulher é onde ela quiser? Feminismos, domesticidade e conflito social no Brasil (1964-1990). In: Wolff, Cristina Scheibe; Zandoná, Jair; Mello, Soraia Carolina de (org.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*, 1 ed., Curitiba: Appris, 2019, p. 75-98.

Moraes, Livia Bocalon Pires de. Ser professor-pesquisador: cientistas sociais e produtivismo acadêmico nas universidades estaduais paulistas. In: Jornada Diálogos em Pierre Bourdieu, I, 2019, São Carlos. *Anais... I Jornada Diálogos em Pierre Bourdieu*. São Carlos, 2020, p. 173-177.

Narvaz, Martha Giudice; Koller, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringa, v. 11, n. 3, 2006, p. 647-654.

Ono, Karine Porto Lopes; Baldan, Merilin. Estratégias, disputas e relações de poder no campo científico-acadêmico: uma análise a partir de Pierre Bourdieu. In: Jornada Diálogos em Pierre Bourdieu, I, 2019, São Carlos. *Anais... I Jornada Diálogos em Pierre Bourdieu*. São Carlos, 2020, p. 164-168.

Pedro, Joana Maria. O feminismo de “segunda onda” – corpo, prazer e trabalho. In: Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Salvaro, Giovana Ilka Jacinto; Freitas, Larissa Viegas de Mello. Mulheres rurais em luta no final da ditadura. In: Wolff, Cristina Scheibe; Zandoná, Jair; Mello, Soraia Carolina de (orgs.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*, 1 ed., Curitiba: Appris, 2019, p. 166-184.

Sardenberg, Cecília Maria Bacellar. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Inclusão Social*, v. 11, n 2, 2018, p. 15-29.

Sarti, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 12, n. 2, 2004, p. 35-50.

Scavone, Lucila. Estudos de gênero e feministas: um campo científico? In: Encontro anual da ANPOCS, XXXI, 2007, Caxambú. *Anais... XXXI Encontro Anual da ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS, 2007, p. 1-23.

Silva, Kenia Cristina Moura de Oliveira; Mesquita, Nyuara Araújo da Silva. A constituição do campo sobre formação de professores de química no Brasil. In: Jornada Diálogos em Pierre Bourdieu, I, 2019, São Carlos. *Anais... I Jornada Diálogos em Pierre Bourdieu*. São Carlos, 2020, p. 43-48.

Silva, Tamy Amorim. O feminismo veio para ficar... Nós não vamos sair mais. In: Wolff, Cristina Scheibe; Zandoná, Jair; Mello, Soraia Carolina de (orgs.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*, 1 ed., Curitiba: Appris, 2019, p. 16-34.

Teles, Amelinha; Leite, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista. A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1988)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

Vergès, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020 [e-book].

Wolff, Cristina Scheibe; Crescêncio, Cintia Lima; Pedro, Joana Maria. Ondas, mitos e contradições: feminismos em tempos de ditadura no Cone Sul. In: Rocha, Marcos Antonio Monte (orgs.). *Feminismos Plurais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, v. 1, p. 53-69.

Recebido em: 06/09/2023

Aprovado em: 18/10/2023